



CLIPPING



21 de
JULHO
2022

REPÓRTER

70

> JUSTIÇA INOVAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoverá, nesta segunda-feira, 25, o evento “Inova Norte”. O encontro será realizado na sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e vai debater as boas práticas nos órgãos do Judiciário e inovação tecnológica. A ideia é reunir presidentes, corregedores, magistrados e profissionais que atuam nas diversas áreas do Judiciário nos sete Estados da região Norte. A abertura será comandada pela corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Tereza de Assis Moura; pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e pela conselheira do CNJ e coordenadora do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Salise Sanhotene.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CABOCLA MARIANA

Festividade de terreiro traz ações de cidadania

DA REDAÇÃO

Em homenagem à Cabocla Mariana, uma entidade espiritual cultuada em religiões de matriz africana, o Terreiro Recanto dos Orixás e Mãe Mariana realizará, nos próximos dias 23 e 24 de julho, a 12ª festividade da divindade no distrito de Outeiro, em Belém. Nesta edição, o festejo será marcado pela oferta de serviços sociais, de saúde e de cidadania no sábado (23), das 9h às 14h.

Dentre os serviços de saúde estão: aferição de pressão arterial, verificação de glicemia e consultas médicas. Também haverá emissão de documentos e atendimentos jurídicos.

Além disso, serviços de beleza serão disponibilizados, como penteados com trança. Já as crianças poderão contar com pula-pula e pinturas artísticas. A ação é realizada em parceria com o coletivo de feminismo negro e LGBTQIA+ Sapato Preto,

17h, haverá o “Tambor para a Cabocla Mariana”.

No Terreiro Recanto dos Orixás e Mãe Mariana, a guia espiritual trabalha através de Mãe Suely de Iansã, ialorixá da Casa. “A minha relação com a Mãe Mariana começou muito tempo atrás, antes da abertura da casa. Costumo dizer que vem da ancestralidade”, conta a Mãe Suely. *(Gabriel Pires, estagiário, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Atualidades, Victor Furtado).*



Serviço:

12º Festejo em Homenagem à Cabocla Mariana

Ação Social

🕒 **Data:** 23/07 (sábado)

🕒 **Horário:** das 9h às 14h

📍 **Local:** travessa Evandro Bona, Nº 3380 - Itaiteua (Outeiro)

Tambor para a Cabocla Mariana

🕒 **Data:** 24/07 (domingo)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Defensoria Pública do
Pará, Secretaria de Es-
tado de Saúde Pública e
outras instituições.

Já no domingo (24), às

○ **Horário:** 17h

○ **Local:** travessa Evandro
Bona, Nº 3380 - Itaiteua
(Outeiro)



Mãe Suely de Iansã, ialorixá do Terreiro Recanto dos
Orixás e Mãe Mariana

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM SALINÓPOLIS

MP vai acompanhar a investigação sobre criança afogada em resort

SOLICITAÇÃO - Ministério Público do Pará pede que empreendimento entregue as imagens das câmeras de monitoramento

SAUL ANJOS
DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) instaurou um procedimento administrativo para investigar as medidas de segurança do Salinas Premium Resort, onde uma criança de três anos morreu afogada no parque aquático na noite do último domingo (16). O pedido feito pela 2ª Promotoria de Justiça de Salinópolis, representada pelo Promotor de Justiça Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade, requisita mais informações para o resort, o Corpo de Bombeiros Estadual e a Secretaria de Saúde de Salinópolis.

O motivo do processo é para saber quais medidas foram tomadas no dia, os recursos utilizados e as instruções técnicas dos bombeiros.

O Ministério Público pediu que o resort entregue as imagens das câmeras de monitoramento da área de lazer, local onde o caso aconteceu. Além disso, o Salinas Premium Resort precisa comunicar se existem pessoas responsáveis pela fiscalização das câmeras e se há um plano de segurança para situações de afogamento no espaço. Do mesmo modo, o resort necessita falar se tem algum salva-vidas na

parte aquática do local e o horário de funcionamento das piscinas. Os responsáveis do lugar também devem informar se os hóspedes são orientados sobre o uso e funcionamento das piscinas, incluindo se o resort possui uma sala de primeiros socorros.

Em relação ao Corpo de Bombeiros, o MPPA quer saber se existia alguma orientação ou recomendação ao Salinas Premium Resort sobre o uso de salva-vidas na piscina do resort. Já à Secretaria de Saúde Municipal, a promotoria determinou que seja comunicado qual o tipo de ambulância utilizada para o atendimento da criança no dia do acidente e quantas estão disponíveis em Salinópolis.

A Promotoria de Justiça de Salinópolis encaminhou o ofício à Câmara de Vereadores local, solicitando especial colaboração para a análise de criação de lei municipal sobre o tema de "Guarda Vida de Piscina". Foram encaminhadas cópias de leis municipais existentes em outros municípios e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará.

Por meio de nota, o Salinas Premium Resort afirmou está disposto a ajudar o MPPA com a investigação. "Recebemos o ofício do Minis-



Salinas Premium Resort garante que vai cooperar com investigações

**"Reafirmamos
nossa colaboração
integral com as
autoridades, e o
compromisso com
a segurança"**

compromisso com a segurança dos condôminos e convidados", disse o resort para O Liberal.

RELEMBRE O CASO

Uma criança de três anos de idade morreu afogada na piscina do Salinas Premium Resort, em Salinópolis. De acordo com a Polícia Militar, a criança foi encontrada na piscina pelos pais após o afogamento. Ela ainda chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros e encaminhada para um hospital municipal, mas não resistiu.

tério Público Estadual por volta das 15h, cujo objeto é a solicitações de informações, às quais serão prestadas integralmente, no prazo estipulado. Reafirmamos nossa colaboração integral com as autoridades, e o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****LAVAGEM**

A Seção de Direito Penal do TJPA, por unanimidade de votos, negou habeas corpus a Mauricio Araújo de Souza, acusado de corrupção passiva, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro. Ele foi preso com outros 18 réus, no dia 13 de abril de 2021, acusado de receber propina (três vezes superior ao seu salário) de um grupo criminoso para facilitar a movimentação e ocultação de valores da facção no Banco do Brasil, onde trabalhava. Durante a sessão, também foi negado HC ao réu José Augusto Costa, também acusado de crimes como lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DESAFIOU A LEI HOMEM VACILA E ACABA PRESO EM ABAETÉ

Acusado descumpriu medidas protetivas que sua companheira tinha conseguido contra ele e está preso

OUSADIA E CADEIA

JR Avelar

Marinaldo do Socorro dos Santos Silva era o tipo de homem que não podia fazer o que fez, uma vez que tinha contra si recomendações expressas pela justiça de Abaetetuba e, se quebrasse essas medidas, acarretaria em sérios problemas para sua vida pessoal.

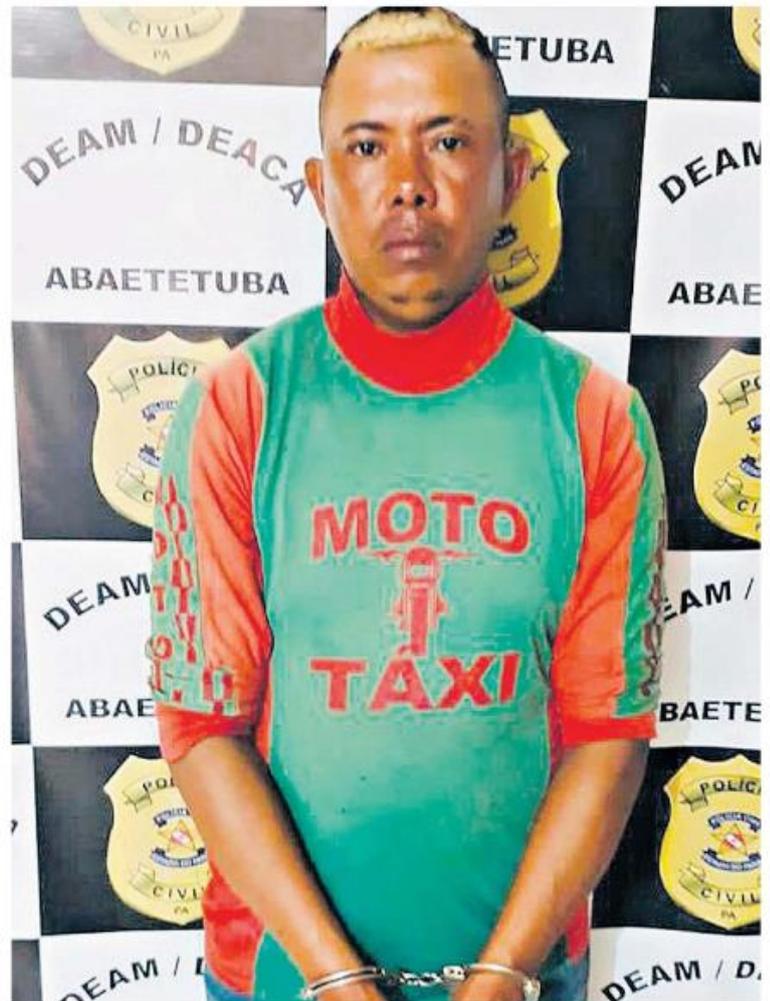
Ocorre que Marinaldo do Socorro quebrou a medida protetiva que sua companheira tinha contra ele e o caso voltou à esfera judicial. Foi expedido mandado

de prisão preventiva por violência doméstica e que acabou chegando na Polícia Civil.

Nesta segunda-feira (18), uma equipe da Polícia Civil de Abaetetuba se dirigiu ao bairro São Lourenço e procedeu ao cumprimento do mandado de prisão preventiva expedido pelo judiciário de Abaetetuba contra Marinaldo do Socorro dos Santos Silva.

No inquérito que foi concluído pela Polícia Civil e encaminhado à justiça de Abaetetuba, o rapaz foi indiciado na prática dos crimes de feminicídio tentado, descumprimento de medida protetiva e lesão corporal.

A autoridade policial desta-



O suspeito foi preso pela polícia após ter descumprido uma medida protetiva. FOTO: DIVULGAÇÃO

cou no inquérito que o agressor tentou matar a ex-companheira com emprego de veneno e, posteriormente, não cumpriu as medidas protetivas e

a lesionou em via pública, daí a necessidade de ser retirado do convívio da sociedade.

Marinaldo do Socorro dos Santos Silva foi preso no bairro São

Lourenço, periferia da cidade de Abaetetuba, e após os trâmites na Polícia Civil foi entregue ao Sistema Penal, agora na condição de preso da justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Inovação no Judiciário da região Norte será tema de evento na segunda (25/7)

🕒 20 de julho de 2022



Disseminar a cultura da inovação e das boas práticas nos órgãos do Judiciário, com o fomento ao desenvolvimento dos laboratórios de inovação, e apresentar soluções desenvolvidas para aprimorar a prestação jurisdicional nos estados da região Norte do país. Esse é o objetivo do [Inova Norte](#), que será realizado em Belém, na sede do [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#), na próxima segunda-feira (25/7).

O encontro vai reunir presidentes, corregedores, magistrados, magistradas e profissionais que atuam nos diversos segmentos do Judiciário no Acre, Amapá,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A abertura terá a participação da corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Tereza de Assis Moura, da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, da conselheira do CNJ e coordenadora do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), Salise Sanchotene, e da juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Livia Marques Peres.

[Veja a programação completa do Inova Norte e faça sua inscrição](#)

Ainda no período de manhã, a programação voltada à alta administração dos tribunais inclui uma apresentação sobre o [SireneJud](#), painel interativo desenvolvido pelo CNJ que reúne informações sobre processos judiciais relacionados ao meio ambiente e os relaciona a outros dados, como áreas protegidas, terras indígenas e áreas de desmatamento, entre outros. Também haverá debate sobre o acesso à Justiça na região amazônica, com as juízas Elayne Ramos Cantuária (TJAP) e Bárbara Marinho Nogueira (TJAM).

Na sequência, ainda serão apresentados alguns projetos inovadores desenvolvidos pelos órgãos do Judiciário: o assistente virtual Raíra, do TRT14, o Fórum Digital do TJRO, a assistente virtual Lucy e o Sistema de Requisição de Pagamento Ágil (Sirea), do TRF1, a solução de inteligência artificial para indexação de processos India, do TJPA, e a utilização de *Lean Inception* para criação de protótipo de Vara do Trabalho no contexto do Juízo 100% Digital, do TRT8.

À tarde, magistratura, servidores e servidoras poderão participar das oficinas sobre “Inovação Social e Propósito”, com o servidor do Ateliê de Inovação do TJPR, Ébio Machado, e “Inovação e Tecnologias: Design Thinking”, com a coordenadora do Laboratório de Inovação no primeiro grau Justiça Federal de São Paulo (TRF3), Elaine Cestari.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Serviço

Inova Norte – Reunião sobre inovação no Poder Judiciário da Região Norte

Quando: segunda-feira (25/7), das 9h às 17h

Onde: Tribunal de Justiça do Pará – Av. Almirante Barroso, 3089 – Souza – Belém (PA)

Informações: <https://www.cnj.jus.br/Inova-Norte>

Agência CNJ de Notícias

MACRODESAFIO

**APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
ADMINISTRATIVA E DA
GOVERNANÇA JUDICIÁRIA**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

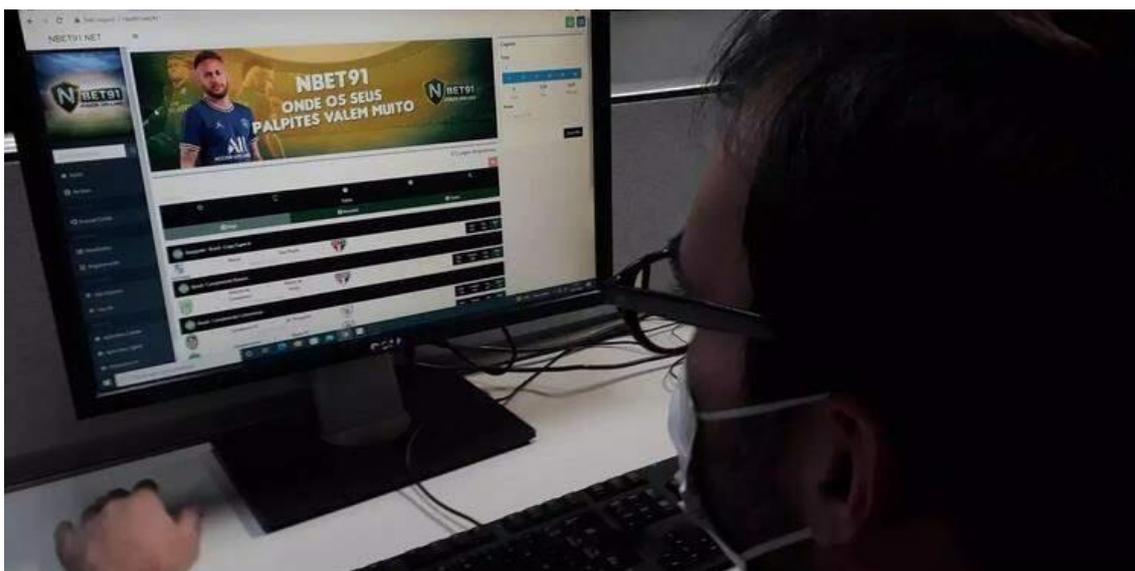
Operação Apate II: Mais dois empresários presos por suposta lavagem de dinheiro ganharam liberdade

Com a decisão desta quinta-feira, portanto, os três alvos da operação já estão em liberdade para responder ao processo



O Liberal

21.07.22 10h55



A Justiça Paraense concedeu, na manhã desta quinta-feira (21), a liberdade dos outros dois empresários que estavam presos desde o último dia 12, quando foi deflagrada a operação Apate II, das Polícias Cíveis do Pará e do Rio Grande do Sul. Na terça-feira (19), um investigado já havia sido solto. Com a decisão desta quinta-feira, portanto, os três alvos da operação já estão em liberdade para responder ao processo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As investigações policiais apontaram que o trio é sócio de pelo menos cinco empresas que supostamente estariam envolvidas em um esquema de lavagem de dinheiro, oriundo do tráfico de drogas. Um desses empreendimentos seria um site de apostas esportivas online.

Para o advogado criminalista Lucas Sá, que atua na defesa dos três investigados, o que houve foi um mal-entendido por parte da polícia, o qual já está sendo esclarecido perante à Justiça. “A partir de uma investigação sobre tráfico de drogas no Rio Grande do Sul, encontraram transferências bancárias que foram realizadas por pessoas que eram investigadas por tráfico de drogas para algumas empresas do grupo empresarial dos clientes”, explicou o criminalista.

“Acontece, que é muito difícil, para não dizer impossível, o empresário saber a origem do dinheiro dos seus clientes, que podem simplesmente esconder isso ou mentir a respeito e a conta não pode ficar para o empresário pagar com a sua liberdade”, acrescentou Lucas Sá.

O criminalista garantiu também que os empresários estão à disposição da Justiça para colaborar com as investigações e provar inocência. Segundo Lucas Sá, nos celulares, computadores e demais equipamentos apreendidos pela polícia encontram-se provas sérias e concretas de todas as operações realizadas pelas empresas dos investigados.

“A justiça paraense compreendeu que a ordem de prisão perdeu a sua finalidade e agora os clientes poderão esclarecer com tranquilidade todos os fatos que estão sendo apurados, pois são inocentes”, finalizou Lucas Sá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Salinas: Ministério Público vai acompanhar investigação sobre criança afogada em resort

O resort garante que vai cooperar com o MPPA e com as investigações que já estão em curso pela Polícia Civil



O Liberal

20.07.22 16h57



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) instaurou um **procedimento administrativo** para investigar as **medidas de segurança do Salinas Premium Resort**, onde uma [criança de 3 anos morreu afogada no parque aquático](#) na noite do último domingo (16). O pedido feito pela 2ª Promotoria de Justiça de Salinópolis, representada pelo Promotor de Justiça Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade, requisita mais informações para o resort, o Corpo de Bombeiros Estadual e a Secretaria de Saúde de Salinópolis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O motivo do processo é para saber quais medidas foram tomadas no dia, os recursos utilizados e as instruções técnicas dos bombeiros.

O Ministério Público **pediu que o resort entregue as imagens das câmeras de monitoramento da área de lazer**, local onde o caso aconteceu. Além disso, o Salinas Premium Resort precisa comunicar **se existem pessoas responsáveis pela fiscalização das câmeras e se há um plano de segurança para situações de afogamento no espaço**. Do mesmo modo, o resort necessita falar se tem **algum salva-vidas na parte aquática do local e o horário de funcionamento das piscinas**.

Os responsáveis do lugar também devem informar se os hóspedes **são orientados sobre o uso e funcionamento das piscinas**, incluindo **se o resort possui uma sala de primeiros socorros**.

Com relação ao Corpo de Bombeiros, o MPPA quer saber se existia **alguma orientação ou recomendação ao Salinas Premium Resort sobre o uso de salva-vidas na piscina do resort**.

Já à Secretaria de Saúde Municipal, a promotoria determinou que seja comunicado qual **o tipo de ambulância utilizada** para o atendimento da criança no dia do acidente e **quantas estão disponíveis em Salinópolis**.

A Promotoria de Justiça de Salinópolis encaminhou o ofício à Câmara de Vereadores local, solicitando especial colaboração para a análise de criação de lei municipal sobre o tema de “Guarda Vida de Piscina”. Foram encaminhadas cópias de leis municipais existentes em outros municípios e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará.

Por meio de nota, o Salinas Premium Resort afirmou está disposto a ajudar o MPPA com a investigação. “Recebemos o ofício do Ministério Público Estadual por volta das 15h, cujo objeto é a solicitações de informações, às quais serão prestadas integralmente, no prazo estipulado. Reafirmamos nossa colaboração integral com as autoridades, e o compromisso com a segurança dos condôminos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e convidados”, disse o resort em conversa com **a redação integrada de O Liberal.**

Relembre o caso

Uma criança de três anos de idade morreu afogada na piscina do Salinas Premium Resort, localizado na rodovia PA-444, em Salinópolis, nordeste do Pará, na noite do último domingo (17). A informação foi confirmada pela Polícia Militar.

De acordo com informações da polícia, a criança foi encontrada na piscina pelos pais, depois de se afogar no local. Ela ainda chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) e encaminhada para um hospital municipal, mas não resistiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Parauapebas: guarda municipal é preso suspeito de espancar mulher que recusou convite para sair

A delegada titular da DEAM-da cidade, Ana Carolina Carneiro de Abreu, disse que a motivação das agressões seria por conta do comportamento misógino e reação sexista do homem



O Liberal

20.07.22 16h34



O guarda municipal **Robson Leite Gomes, 37 anos**, foi preso nesta quarta-feira (20), suspeito de ter **espancado uma mulher** em Parauapebas, região sudoeste do Pará. O caso aconteceu no último domingo (16), e o motivo do caso supostamente foi por conta de a vítima ter **recusado o convite de Robson de acompanhá-la até um bar**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O mandado de prisão preventiva pelo crime de tentativa de femicídio foi cumprido no **bairro Parque dos Carajás 2**, pela Delegacia especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e expedidos pela **2ª Vara Criminal de Parauapebas**. Segundo o Boletim de Ocorrência do caso, o **guarda municipal e a mulher não tinham nenhuma relação amorosa**.

A delegada titular da DEAM-Parauapebas, Ana Carolina Carneiro de Abreu, disse que a motivação das agressões seria por conta do comportamento **misógino e reação sexista de Robson**. Ela afirma que o suspeito teria espancado a vítima **unicamente por conta de sua condição de mulher**.

Robson Leito Gomes **permanece à disposição da Justiça**.

Por meio de nota, a Prefeitura de Parauapebas, por meio da Secretaria de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (Semi), informou que Robson exerce a função de guarda municipal **há seis anos** e responderá **Processo Administrativo Disciplinar (Pad)** por parte da administração pública municipal.

O caso está sendo acompanhado pela **Corregedoria da Semi**, responsável pelos encaminhamentos do procedimento disciplinar.

A Prefeitura afirmou que **não compactua com nenhum tipo de violência** e **repudia qualquer forma de agressão contra as mulheres**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dupla é baleada por homens de moto às margens do Lago Municipal, em Novo Progresso

As vítimas foram socorridas pelo Samu e levadas para o Hospital Municipal; um baleado está em estado grave



O Liberal

20.07.22 10h33



Dois homens, cujas identidades não foram divulgadas, foram **baleados** por volta das 20h da última terça-feira (19), enquanto caminhavam no entorno do Lago Municipal, em **Novo Progresso**, sudoeste do Pará. As vítimas foram levadas ainda com vida para o Hospital Municipal. Um deles, atingido por um tiro na cabeça, está em estado grave. O quadro clínico do segundo homem, baleado na perna, não foi informado. Até o momento ninguém foi preso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com informações do site Folha do Progresso, os criminosos chegaram em uma motocicleta, modelo Honda Biz. Um deles desceu da garupa do veículo e se aproximou das vítimas, que caminhavam à margem do Lago Municipal, local bastante frequentado por quem gosta de praticar atividades físicas.

Após serem atingidas pelos disparos, as vítimas caíram ao chão, onde ficaram agonizando enquanto os suspeitos deixavam o local em fuga. Testemunhas que transitavam pelo local acionaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para socorrer os dois homens.

Em nota, a Polícia Civil informou que, durante buscas feitas logo após o crime, houve troca de tiros com agentes de segurança pública e um dos envolvidos acabou falecendo. O segundo foi preso em flagrante e está à disposição do Poder Judiciário. Diligências estão sendo feitas para localizar um terceiro homem acusado de participação no caso. Um inquérito policial foi instaurado para apurar a tentativa de duplo homicídio. O caso foi registrado pela delegacia do município de Novo Progresso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Arquivo/MPPA

Acusado de drogar e matar empresário paraense deve ser submetido a novo julgamento

POR DANIELLE ZUQUIM | 20 DE JUL DE 2022, 20:58

Condenado por tráfico de drogas, o traficante Jefferson Michel Miranda Sampaio, de 35 anos, deve ser julgado novamente pelo homicídio do empresário João de Deus Rodrigues, de 27 anos. O herdeiro de uma das maiores redes de supermercados do Pará morreu de overdose, em fevereiro de 2015.

De acordo com a família da vítima, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), através de uma de suas turmas criminais, entendeu por unanimidade que o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) estava certo na decisão que anulou a absolvição do acusado pelo crime de homicídio por dolo eventual.

Jefferson foi a júri popular em 2019, quatro anos após o crime, sob as acusações de tráfico de drogas e homicídio. Segundo a acusação, ele teria ministrado uma dose letal de drogas sintéticas ao empresário, ocasionando sua morte. O júri, no entanto, entendeu que Jefferson era culpado apenas por tráfico e o absolveu do crime de homicídio. A pena, na época, foi estabelecida em 15 anos e está sendo cumprida, inicialmente, em regime fechado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Com o entendimento do STJ, de que há provas no processo de que o acusado foi o autor do crime de homicídio qualificado e de maneira intencional, Jefferson será novamente submetido a um júri popular, ainda sem data marcada, para responder pelo crime de homicídio.

O caso

João de Deus Rodrigues morreu ao sofrer uma parada cardiorespiratória após consumir uma quantidade letal de GHB, droga conhecida como gota, similar, mas de qualidade inferior ao LCD, dentro de uma boate de Belém.

À época da morte, em fevereiro de 2015, o Ministério Público do Pará chegou a conclusão de que a morte do empresário não foi uma overdose acidental, mas sim uma “overdose encomendada”. As investigações levaram a Jeferson Sampaio, traficante que vendeu a droga a João Rodrigues.

No entendimento do MP, Jefferson agiu de forma dissimulada e com dolo dirigido ao resultado morte, quando, ao ministrar a João Rodrigues, no interior de uma casa noturna, dose letal de GHB fazendo-o acreditar que se tratava de uma droga comum, como as outras que costumava lhe fornecer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

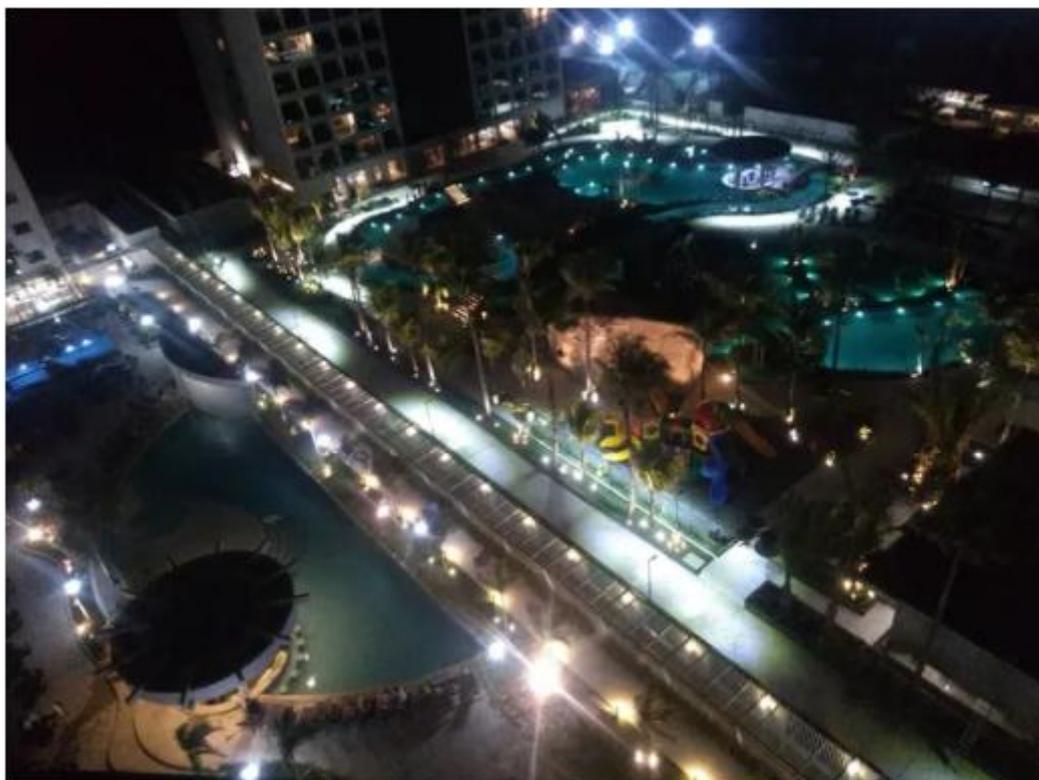
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP investiga morte de criança em piscina de resort em Salinópolis, no Pará

Após diligências, órgão solicitou informações ao empreendimento, ao Corpo de Bombeiros e à Secretaria Municipal de Saúde. Criança morreu dentro da piscina, à noite.

Por g1 Pará — Belém

21/07/2022 07h03 · Atualizado há 2 horas



Piscinas em resort onde criança se afogou ficam abertas à noite em Salinópolis — Foto: Valéria Martins/g1

O Ministério Público do Pará (MPPA) está apurando o caso da [criança de 3 anos, que morreu afogada no Salinas Premium Resort](#), em [Salinópolis](#), nordeste do Pará. Um procedimento administrativo foi instaurado pela 2ª Promotoria de Justiça do município para verificar se uma série de medidas foram tomadas em

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

relação a este tipo de acidentes. O **g1** procurou o resort, mas ainda não obteve respostas.

O menino se afogou por volta das 21h do dia 17 de julho, quando estava "desacompanhado dos pais [...] no parque aquático, cujo funcionamento havia encerrado às 18h30", informou o Salinas Premium Resort, onde a família estava hospedada.

Ele recebeu atendimento até a chegada dos bombeiros, que o levaram ao hospital, mas a criança não resistiu e morreu na unidade de saúde. O caso foi registrado na delegacia de Polícia Civil.

No dia da morte, o resort emitiu uma nota de lamento e disse que prestou assistência aos familiares da vítima.

Segundo o MP, será avaliado se houve medidas preventivas. Além disso, serão avaliadas as medidas efetivamente adotadas no dia do afogamento, além de observar as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Pará que dizem respeito ao guardião de piscina e congêneres.

Ainda de acordo com o MP, as diligências iniciais realizadas foram voltadas ao Salinas Premium Resort, ao Corpo de Bombeiros Estadual e à Secretaria Municipal de Saúde.

Ao Salinas Premium Resort, o MPPA solicitou as seguintes providências:

- solicitar imagens das câmeras de monitoramento da área de lazer (piscinas) em que ocorreu o afogamento no dia 17 de julho;
- informar se há pessoas responsáveis pelo monitoramento das câmeras;
- o local de funcionamento da eventual Central de Monitoramento, registrando nomes e contatos dos funcionários que estavam a serviço do parque no dia do acidente;
- registrar se há plano de segurança para situações de afogamento no espaço;

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- mencionar se há plano de emergência e/ou contingências para tais situações;
- informar se há Guarda Vidas de piscina trabalhando na parte aquática do resort; se sim, informar os horários, nomes e contatos, inclusive no momento do afogamento;
- registrar os horários de funcionamento das piscinas do resort.

Os responsáveis pelo empreendimento deverão ainda:

- informar se os hóspedes são orientados sobre o uso e funcionamento das piscinas; se sim, de que maneira são orientados (avisos, folders, placas, aviso pessoal e/ou outros);
- informar, em caso de não cumprimento pelos hóspedes da orientação/normativa sobre o não acesso à piscina em horários de não funcionamento, o procedimento imediato adotado pelo resort para tentar resolver a situação;
- mencionar orientações em relação ao não acesso à parte aquática do resort em horários não permitidos, quais foram as medidas adotadas no dia do evento;
- informar se há sala de primeiros socorros e quais equipamentos estavam disponíveis no dia 17 de julho.

Ao Corpo de Bombeiros Estadual, o MPPA pede:

- informar se havia orientação ao Salinas Premium Resort quanto à temática, encaminhando, se existente, cópia do material.

Já à Secretaria de Saúde Municipal, a Promotoria determinou:

- informar o tipo de ambulância utilizada para o atendimento da criança no dia 17 de julho, além de registrar os tipos de ambulâncias disponíveis atualmente no município.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A reportagem também procurou os órgãos competentes para os esclarecimentos.



Criança morre afogada em resort de Salinópolis, no nordeste do Pará

A Promotoria de Justiça de Salinópolis informou que foi encaminhado ofício à Câmara de Vereadores local, solicitando colaboração para a análise de criação de lei municipal que diz respeito à temática “Guarda Vida de Piscina”, copiando leis municipais existentes em outros municípios e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará, principalmente em razão do aumento de empreendimentos de lazer e turismo que possuem piscinas de uso coletivo e/ou áreas com opção aquática de lazer.

Leia as principais notícias do estado no [g1 Pará](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Terreiro faz homenagem à Cabocla Mariana com programação e serviços à comunidade no Outeiro, em Belém

Programação é neste sábado (23) e domingo (24), no Terreiro Recanto dos Orixás e Mão Mariana, no bairro do Itaiteua.

Por g1 Pará — Belém

21/07/2022 06h43 · Atualizado há 5 horas



Terreiro Recanto dos Orixás e Mão Mariana faz homenagem à Cabocla Mariana, em Belém. — Foto: Divulgação

Em Outeiro, distrito de [Belém](#), um terreiro de religião de matriz africana vai promover uma festividade em homenagem à Cabocla Mariana, oferecendo ainda serviços à comunidade, neste sábado (23) e domingo (24).

Em sua 12ª edição, a programação do Terreiro Recanto dos Orixás e Mão Mariana, em parceria com o coletivo de feminismo negro e LGBTQIA+ Sapato

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Preto, Defensoria Pública do Pará, Secretaria de Estado de Saúde Pública, entre outros.

A cabocla Mariana é uma entidade espiritual cultuada em religiões de matriz africana do Norte e Nordeste do Brasil, como é o caso do tambor de mina, fé com adeptos em estados como o Pará e o Maranhão.

No Terreiro, a guia espiritual trabalha por meio Mãe Suely de Iansã, Ialorixá da Casa, que promove o evento afroreligioso há 12 anos desde o início do templo, localizado no bairro do Itaiteua.

“A minha relação com a Mãe Mariana começou há muito tempo atrás, antes da abertura da Casa. Costumo dizer que vem da ancestralidade. O que posso dizer é que, na minha vida, ela é tudo, é a mãe que nos piores momentos me levantou, nunca me abandonou. Nos melhores momentos, ela também está. Tudo que eu passo, ela está do meu lado, segurando a minha mão”, conta a Mãe Suely.

No sábado (23), um dia antes do tambor em homenagem à cabocla, é realizada ação social. Haverá emissão de documentos, orientação jurídica, espaço criança e serviços estéticos.

Serviço

12º Festejo em Homenagem à Cabocla Mariana Ação Social - 23 de julho (sábado) - 9h às 14h

Serviços de saúde: aferição de pressão arterial e verificação de glicemia, consultas médicas, distribuição de preservativos; Balcão de direitos: emissão de documentos e atendimentos jurídicos;
Cadastro para tarifa social da Equatorial Energia; Espaço Criança: pula pula e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

pinturas artísticas; Serviços estéticos: penteados com trança, corte de cabelo e limpeza de pele.

Tambor para a Cabocla Mariana - 24 de abril (domingo) - 17h

Endereço: Travessa Evandro Bona, Nº 3380 - Itaiteua (Outeiro)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Projeto de mineração Belo Sun obtém decisão na justiça estadual do PA, mas segue valendo suspensão do licenciamento pela Justiça Federal

Instalação do projeto na região do Xingu, também afetada pela usina de Belo Monte, é marcada por polêmica envolvendo impactos socioambientais.

Por g1 Pará — Belém

20/07/2022 16h18 - Atualizado há 19 horas



Projeto Belo Sun de mineração na região de Volta Grande do Xingu, no Pará — Foto: Divulgação/ Belo Sun

A mineradora Belo Sun divulgou uma decisão da Justiça Estadual do Pará, que suspende efeitos de uma outra determinação em 1º grau, na Justiça em [Altamira](#), sobre as licenças ambientais Prévia (LP) e de Implantação (LI) do Projeto Volta Grande do Xingu, no Pará. A implantação é marcada por polêmica

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

envolvendo **impactos socioambientais na região**, também afetada pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

No entanto, na Justiça Federal, segue válida [decisão de 2017](#) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, que **mantém suspensa a eficácia da licença de instalação da mineradora**, até que sejam atendidas todas as etapas necessárias para medição correta dos impactos para comunidades atingidas.

Na prática, a mineradora obteve uma vitória judicial na esfera da justiça estadual, mas a decisão que vale é da Justiça Federal, que continua suspendendo o licenciamento do projeto pelo órgão estadual responsável. O Ministério Público Federal (MPF) defende que o processo seja feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Responsável pelo licenciamento na esfera estadual, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) disse que ainda não havia sido comunicada da decisão até a tarde desta quarta-feira (20).

Na determinação informada pela empresa, a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro não teria identificado urgência e dano grave que justificasse a tomada de decisão em caráter urgente, deferindo pedido de efeito suspensivo apresentado pela mineradora.

A desembargadora afirma, na decisão, que não "pode-se adotar como parâmetro um estudo (relatório) feito de forma isolada, em detrimento de estudos feitos por técnicos de órgão dotado de caráter fiscalizador".

A empresa anunciou, então, que o processo de licenciamento ambiental deve voltar ao curso normalizado na Semas e que "continua à disposição das comunidades da Volta Grande, e reafirma que o projeto trará desenvolvimento, progresso e segurança para estas comunidades e região do estado do Pará".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sobre o assunto, o [g1](#) também pediu posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Licenciamento segue suspenso

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) informou que o TRF1 manteve suspenso por tempo indefinido o licenciamento do projeto minerário da empresa Belo Sun na região da Volta Grande do Xingu, no Pará.

Era previsto o julgamento de dois processos, sendo um em que o MPF pedia a anulação da licença emitida para a Belo Sun pela Semas e outro em que o órgão defende que o licenciamento seja feito na esfera federal, por meio do Ibama.

O processo relativo a federalização da licença ambiental acabou sendo retirado da pauta de julgamento devido à necessidade de apreciação de documento enviado pela concessionária Norte Energia, responsável pela UHE Belo Monte, em março deste ano, ao Ibama, à Semas e ao MPF pedindo a revisão do licenciamento da mineradora Belo Sun.

Os empreendimentos estão a poucos quilômetros de distância um do outro, o que, pela magnitude de ambos, pode potencializar impactos socioambientais na região. Por isso, o Tribunal entendeu que seria necessária nova apreciação dos autos por todas as partes envolvidas antes de prosseguir com o julgamento.

Já o processo que trata da consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas impactados pelo empreendimento, o que é previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o MPF pedia a anulação total da licença emitida pela Semas, entendendo que os "princípios que devem ser seguidos em consultas prévias não foram atendidos pela empresa canadense".

Com o resultado do julgamento em abril, na prática, segue valendo a decisão de 2017 do próprio TRF1, que suspendeu a eficácia da licença de instalação da mineradora até que sejam supridas todas as etapas necessárias para correta mensuração dos impactos para as comunidades atingidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Implantação na Amazônia

O [projeto da mineradora Belo Sun é polêmico](#). O empreendimento seria instalado em Senador José Porfíripo, e teve licença prévia liberada em 2014. Especialistas, porém, acreditam que a iniciativa pode causar danos irreparáveis ao meio ambiente e prejudicar os indígenas que vivem na região do Xingu.

De acordo com informação oficial divulgada pela Belo Sun, os estudos que apontaram a viabilidade da instalação do projeto foram concluídos em 2015, e o [projeto mineral da Volta Grande recebeu licença de instalação em fevereiro de 2017](#). No site oficial, a empresa alega que o projeto tem à disposição uma grande reserva mineral com enorme potencial de crescimento.

Leia as principais notícias do estado no [g1 Pará](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Justiça manda soltar outros dois empresários presos por lavagem de dinheiro em Belém

POR ROMA NEWS | 21 DE JUL DE 2022, 12:17

COMPARTILHAR:



A Justiça do Pará concedeu, na manhã desta quinta-feira, 21, a liberdade dos outros dois empresários que estavam presos desde o último dia 12, quando foi deflagrada a operação Apate II, das Polícias Cíveis do Pará e do Rio Grande do Sul. Na terça-feira, 19, um investigado já havia sido solto. Com a decisão desta quinta-feira, portanto, os três alvos da operação já estão em liberdade para responder ao processo.

As investigações policiais apontaram que o trio é sócio de pelo menos cinco empresas que supostamente estariam envolvidas em um esquema de lavagem de dinheiro, oriundo do tráfico de drogas. Um desses empreendimentos seria um site de apostas esportivas online.

Para o advogado criminalista Lucas Sá, que atua na defesa dos três investigados, o que houve foi um mal-entendido por parte da polícia, o qual já está sendo esclarecido perante à Justiça. “A partir de uma investigação sobre tráfico de drogas no Rio Grande do Sul, encontraram transferências bancárias que foram realizadas por pessoas que eram investigadas por tráfico de drogas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

para algumas empresas do grupo empresarial dos clientes”, explicou o criminalista.

“Acontece, que é muito difícil, para não dizer impossível, o empresário saber a origem do dinheiro dos seus clientes, que podem simplesmente esconder isso ou mentir a respeito e a conta não pode ficar para o empresário pagar com a sua liberdade”, acrescentou Lucas Sá.

O criminalista garantiu também que os empresários estão à disposição da Justiça para colaborar com as investigações e provar inocência. Segundo Lucas Sá, nos celulares, computadores e demais equipamentos apreendidos pela polícia encontram-se provas sérias e concretas de todas as operações realizadas pelas empresas dos investigados.

“A justiça paraense compreendeu que a ordem de prisão perdeu a sua finalidade e agora os clientes poderão esclarecer com tranquilidade todos os fatos que estão sendo apurados, pois são inocentes”, finalizou Lucas Sá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br